

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
À Diretoria de Pesquisas - DPE
Av. República do Chile, 500/10º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ

Brasil, 07 de maio de 2018.

Por meio desta carta, as associações abaixo assinadas vêm contribuir com questões relativas ao tema da mobilidade urbana no Censo 2020.

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas, com a certeza de que essa é uma oportunidade ímpar de construirmos juntos um Censo mais plural e oportuno para todos.

Cordialmente,

Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
coex@idec.org.br
+55 (11) 3874-2150

Mobilidade Urbana no Censo 2020

No âmbito da consulta pública aberta a sugestões para o Censo 2020, as organizações abaixo assinadas vêm contribuir com questões relativas ao tema da mobilidade urbana, entendendo que este é um tema transversal, que revela informações importantes sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental do Brasil e sua população, englobando características do domicílio, das pessoas e de deslocamentos ao trabalho e estudo.

Agradecemos enormemente a plataforma disponibilizada para contribuições públicas, pois esta foi o ensejo para elaboração das propostas a seguir. Contudo, optamos também por expressar de forma conjunta os aspectos abordados no Censo que são pertinentes à mobilidade urbana, a fim de apontar sua importância e registrar a expressão de organizações que são caras ao tema.

É importante contextualizar que, historicamente, independente do porte, as cidades brasileiras tiveram o automóvel como eixo estruturador de seu desenvolvimento urbano e, hoje, essa política provoca impactos diretos no trânsito das cidades, assim como na saúde da população, poluição ambiental e sonora, uso do solo, economia e produtividade, entre outros. Considerando-se que a qualidade do transporte público coletivo e das calçadas, as relações no espaço público e seus usos, o crescimento e desenvolvimento das cidades são diretamente afetados pelas prioridades e políticas na mobilidade urbana, levantar dados e dar visibilidade às diversas formas de deslocamentos é essencial para subsidiar políticas públicas que são necessárias para garantir os direitos, a cidadania e a qualidade de vida da população em geral.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, que teve suas diretrizes instituídas pela Lei 12.587/2012, determina que os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem Planos de Mobilidade, porém a falta de dados sobre os deslocamentos realizados pode comprometer a efetividade destes planos. Ademais, em 2015 o transporte foi inserido no rol dos direitos sociais no artigo 6º da Constituição Federal, e, para garantir este direito, são necessários dados e estudos para basear políticas públicas. O principal tipo de pesquisa realizada sobre os deslocamentos das pessoas é a pesquisa origem-destino, de base domiciliar, assim como o Censo. Porém, por ser muito cara a sua aplicação, ela é realizada apenas por poucas cidades brasileiras.

Assim, as entidades abaixo relacionadas vêm por meio desta solicitar que o IBGE inclua no Censo 2020 um maior detalhamento acerca dos deslocamentos das pessoas. Para tanto, apresentamos as seguintes sugestões: **(1) a criação de uma questão sobre modos de deslocamento; (2) a revisão das faixas de tempo de deslocamento ao trabalho e estudo, e (3) alterações nas questões sobre frota de veículos de modo a mensurar o número por domicílio e incorporar bicicletas como veículos.**

Destacamos que a construção das questões foi feita com base nos critérios de avaliação de demandas para o Censo Demográfico, disponibilizados pelo IBGE, e acreditamos ser “alta prioridade” em todos os quesitos (força da necessidade do usuário, tamanho da população e interesse, adequação de fontes alternativas, transversalidade, comparabilidade espacial, continuidade no tempo e frequência desejada dos resultados).

1) Em relação aos **deslocamentos realizados pela população**, sugerimos a inclusão de uma questão sobre o modo de transporte utilizado para a atividade principal (trabalho ou estudo).

Acreditamos que esta é uma questão essencial para permitir elaboração, monitoramento e avaliação da efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana nas cidades brasileiras.

Salientamos a importância das questões de modos de deslocamento e tempos de deslocamento serem feitas não só para trabalhadores, mas também para estudantes, pois as viagens para a escola têm grande impacto na mobilidade urbana, em todas as cidades, independentemente do porte.

Para operacionalização, o principal modo de transporte deve ter uma hierarquia estabelecida, a qual sugerimos que seja aquele em que a pessoa passa mais tempo, seguido por maior distância, e por fim por maior custo.

É fundamental apontar a importância da mobilidade ativa neste contexto, pois os modos a pé e bicicleta devem ter prioridade segundo Política Nacional de Mobilidade Urbana, e devem balizar o desenvolvimento dos planos urbanos nos próximos anos. O modo a pé é parte integrante do acesso aos demais modos de transporte, e por muitas vezes a bicicleta também é usada para acessar o transporte coletivo. Seria de grande valia que, assim como na pesquisa sobre atividade física conduzida pelo IBGE em 2013, fossem registrados os tempos de deslocamento nos modos ativos, ou seja, a pé e bicicleta.

Assumindo a dificuldade de tabulação de dados abertos, sugerimos que ao menos sejam registrados os modos ativos como parte do trajeto.

Sugestão de pergunta para o Censo 2020:

Qual é o principal modo de transporte utilizado para seu deslocamento ao trabalho/estudo? (Resposta única, com indicação de parte do trajeto nos modos ativos)

A pé

Bicicleta

Transporte coletivo (ônibus, trem, Metrô, VLT etc)

Transporte aquaviário (barco, balsa)

Motocicleta

Automóvel

Táxi e outros automóveis compartilhados

Caminhão

Outros

Parte do trajeto a pé [], Parte do trajeto por bicicleta []

Reconhecendo os custos de se incluir uma questão no Censo, clamamos que conhecer as principais formas de deslocamento tem impacto na alocação de recursos públicos em todas as cidades, desenvolvimento de planos municipais de mobilidade urbana, desenvolvimento e valoração de políticas ambientais e energéticas, além de fomentar diretrizes para as áreas

de saúde e educação. A transversalidade do tema é inegável, além de permitir comparabilidade espacial e temporal.

2) Em relação ao **tempo de deslocamento**, o Censo 2010 perguntava sobre o tempo habitual de deslocamento casa trabalho.

Censo 2010:

Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho?

Até 05 minutos

De 06 minutos até meia hora

Mais de meia hora até uma hora

Mais de uma hora até duas horas

Mais de duas horas

Solicitamos que as opções de tempo sejam revistas, considerando que a escolha entre modos de transporte é bastante sensível ao tempo percebido de deslocamento, e a faixa entre 6 minutos e 30 minutos abrange muitas viagens e precisa ser detalhada. A sugestão permite agrupamento com os levantamentos anteriores, e inclui o deslocamento para motivo de estudo.

Sugestão de pergunta para o Censo 2020:

Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho ou estudo?

Até 5 minutos

de 6 a 15 minutos

de 16 a 30 minutos

de 31 a 45 minutos

de 46 a 1 hora

de 1 a 2 horas

Mais de 2 horas

3) Os dados de **frota de veículos** são importantíssimos nos estudos de mobilidade urbana, planejamento de transportes e análise de impactos climáticos. Os desafios destas áreas estão presentes em todas as cidades do país, envolvendo tempos de deslocamento da população, ocorrências com mortos e feridos no trânsito, poluição ambiental e doenças respiratórias e cardiovasculares.

As frotas de automóveis, motocicletas e bicicletas são dados de entrada nos modelos de planejamento de transporte e emissão de poluentes, sendo utilizados pelo poder público e empresas públicas, por organizações da sociedade civil que atuam em mobilidade urbana e questões climáticas, por empresas de consultoria em transportes e clima e por instituições acadêmicas. Atualmente só são conhecidas as frotas registradas de automóveis e motocicletas por município. Conhecer, por setor censitário, os tipos de veículos que compõem a frota dos domicílios é essencial para o próximo Censo.

O Censo 2010 perguntava sobre motocicletas e automóveis, sem especificar o número de veículos. Da forma que foram estruturadas, estas questões retrataram parcialmente a posse por domicílio.

Censo 2010:

Neste domicílio existe motocicleta para uso particular? (Sim/Não)

Neste domicílio existe automóvel para uso particular? (Sim/Não)

Acreditamos que o Censo 2020 pode aprimorar consideravelmente a qualidade da informação coletada realizando pequenas alterações nessas perguntas, ao incluir a bicicleta na caracterização do domicílio e mensurar numericamente os veículos. Assim sugerimos:

Sugestão de pergunta para o Censo 2020:

Neste domicílio, existem quantas bicicletas para uso particular? (0, 1, 2, 3, 4 ou mais)

Neste domicílio, existem quantas motocicletas para uso particular? (0, 1, 2, 3, 4 ou mais)

Neste domicílio, existem quantos automóveis para uso particular? (0, 1, 2, 3, 4 ou mais)

A inclusão da bicicleta na caracterização do domicílio é condizente com o aumento do uso deste modo de transporte em cidades grandes e médias na última década, e sua presença já consolidada em cidades pequenas. De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a bicicleta deve ser priorizada no planejamento urbano, e quantificar a sua frota será fundamental para estudar e incentivar os modos de deslocamentos sustentáveis.

Ao estruturar as respostas de forma numérica, amplia-se a gama de técnicas estatísticas aplicáveis, levando a estudos mais precisos e robustos. Ao invés da dicotomia Sim/Não, teremos a distribuição da posse de veículos.

Acreditamos que as alterações sugeridas vão aperfeiçoar imensamente os estudos de planejamento, mobilidade urbana e emissão de poluentes na próxima década, favorecendo todas as cidades do país a buscar cenários de desenvolvimento mais sustentáveis, com paz e segurança.

Nos colocamos à disposição para discutir e dirimir quaisquer dúvidas, com a certeza de construirmos juntos um Censo mais plural e oportuno para todos.

Atenciosamente,

Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

A Pezito

AEAMESP - Associação de Engenheiros e Arquitetos de Metrô

Amazônia Pelo Transporte Ativo - APTA

Amobici - Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis (Fpolis-SC)

Associação Ciclística Pedala Manaus

Associação dos Ciclistas do Rio Grande do Norte – ACIRN

Ameciclo - Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife

Associação Movimento Pedala Joinville

BH em Ciclo - Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte

Bike Anjo

Biomob - Soluções Inovadoras para Acessibilidade

Caminha Rio

Ciclabilidade - Serviços e Consultoria

Ciclocidade - Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo

Cidadeapé - Associação pela Mobilidade a Pé em São Paulo

Cidade Ativa

Coalizão pelo Clima e Mobilidade Ativa - CCMob

COCICAM - Coletivo de Ciclistas de Campinas

Coletivo Ciclomobilidade Pará

Coletivo Mobicidade Salvador

Coletivo ParáCiclo

Giro Inclusivo

Giro Urbano

IABsp - Instituto de Arquitetos do Brasil / Departamento de São Paulo

INCITI - Pesquisa e Inovação para as Cidades

INCT Observatório das Metrópoles

Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos

Instituto Corrida Amiga

Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP Brasil

Instituto MDT - Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos

Instituto Soma Brasil

IVM - Instituto Cidade em Movimento

Laboratório de Mobilidade Sustentável - LABMOB/PROURB/UFRJ

MobiRio - Associação Carioca pela Mobilidade Ativa

Movimento Nossa BH

Movimento Nossa Brasília

Movimento Nossa Curitiba

Movimento Observatório do Recife

Movimento Olhe pelo Recife - Cidadania à pé

MUDA Práticas culturais e educativas

Multiplicidade Mobilidade Urbana

Niterói como Vamos

Observatório Social de Belém

Observatório Social de Niterói

Pé de Igualdade

PedaLoucos - Santana do Livramento - RS

Rede Cidades - Por Territórios Justos Democráticos e Sustentáveis

Rede Nossa São Paulo - Programa Cidades Sustentáveis

SampaPé!

Transporte Ativo

UCB - União de Ciclistas do Brasil

Vital Strategies Brasil